



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



**CONTRATO Nº 78/2020      CREDENCIAMENTO Nº 05/2020      INEXIGIBILIDADE Nº 09/2020**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº. 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. **Frank Ariel Schiavini**, inscrito no CPF sob o nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, juntamente com o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Romário Martins, 154 - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.906.533/0001-49, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde Sra. **Andreia Aparecida da Silva**, inscrita no CPF sob o nº 033.040.339-71 e RG nº 6.288.864-4, a seguir denominado CONTRATANTE, de um lado e, do outro, a empresa **LABORATÓRIO PLÁTANO, GEOVANELLI E BELUSSO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Generoso Marques, 304, sala 01, centro, Coronel Vivida - Pr., inscrita no CNPJ sob o nº 30.480.814/0001-31, representado pelo Sr. **Hugo Geovanelli**, inscrito no CPF sob o nº 046.601.399-05 e RG nº 7.788.282-0, a seguir denominada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei Federal nº 8666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, ajustam o presente contrato em decorrência do edital de Chamamento Público nº 05/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Parágrafo primeiro: O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO** de entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos ou empresas privadas/pessoas jurídicas prestadoras de serviços em saúde **PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS NO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**, conforme as necessidades do Departamento de Saúde, de acordo com os procedimentos e valores descritos no subitem 3.1 do termo de referência - Anexo I ao edital de Chamamento Público nº 05/2020 e a este.

Parágrafo segundo: Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital do Chamamento Público para Credenciamento nº 05/2020, juntamente com seus anexos, a Inexigibilidade nº 09/2020 e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

Parágrafo primeiro: Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores pelos exames especializados e quantidades realizadas no mês em vigência.

Parágrafo segundo: O valor total estimado deste contrato é de R\$ 142.588,17 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos), conforme valores unitários detalhados no Anexo I - Termo de referência, não obrigando o município a contratar sua totalidade, já que é um valor estimado e será executado conforme a demanda do Departamento de Saúde do município.

Parágrafo terceiro: As quantidades ora estimadas poderão sofrer alterações, durante o prazo de contratação, para mais ou para menos, tendo em vista a necessidade, podendo ser excluídos serviços a critério do CONTRATANTE, mesmo que resulte em redução do objeto do contrato, firmados através de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO**

Parágrafo primeiro: O prazo de contratação é de 311 (trezentos e onze) dias, de **29 de junho de 2020 a 05 de maio de 2021**.

Parágrafo segundo: O prazo de contratação é de no máximo 12 (doze) meses, não podendo ultrapassar o último dia do prazo para credenciamento, previsto no subitem 1.2 do edital nº 05/2020.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo terceiro: Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, devendo uma parte comunicar a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Parágrafo primeiro: O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome da contratada, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal e relatórios, sua conferência e aceitação pelo Departamento de Saúde.

Parágrafo segundo: A contratada deverá informar na correspondente Nota Fiscal/Fatura seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento.

Parágrafo terceiro: As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

Parágrafo quarto: Considerando o Decreto 6053/2016, de 10 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei Complementar nº 028/2009, quanto a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, ficam obrigadas a emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e todos os contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do Município de Coronel Vivida.

*I. Empresas sediadas no Município de Coronel Vivida que não apresentarem nota fiscal eletrônica conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal eletrônica, de acordo com normatização exarada pela Receita Municipal.*

*II. Aplicam-se as exceções previstas nos Capítulos 2 e 3 (contribuintes desobrigados) do Decreto 6053/2016, de 10 de agosto de 2016.*

Parágrafo quinto: Para efetivação do pagamento, além da correspondente Nota Fiscal/Fatura, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal, devidamente atualizado e compatível com o objeto deste credenciamento, devendo a contratada, durante a execução do contrato, manter todas as condições de habilitação exigidas neste edital.

Parágrafo sexto: Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta da dotação abaixo discriminada:

OR/UN	UNIDADE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FUNTE DE RECURSOS	CÓDIGO REDUZIDO
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.027	3.3.90.39.50.99	494	4161

Parágrafo oitavo: A contratada **não poderá cobrar** qualquer complementação aos valores recebidos pelos serviços prestados, sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais penalidades previstas no edital, contrato e na Lei de licitações, sem prejuízo da responsabilização criminal.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo primeiro: Prestar o serviço com equipe composta por profissionais bioquímicos e/ou biomédicos, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, procedendo à realização dos exames bem como seus respectivos laudos, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos respectivos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem exceção de qualquer modalidade.

Parágrafo segundo: A contratada deverá fornecer relatório mensal com os exames discriminados por data do serviço, nome do paciente, nome do exame, valor unitário e valor total em ordem cronológica,



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



juntamente com as guias na mesma ordem cronológica, devidamente assinado pelo representante legal da contratada.

Parágrafo terceiro: Em caso de resultado duvidoso, os exames deverão ser repetidos, a critério do médico solicitante, sem qualquer ônus.

Parágrafo quarto: Garantir a realização dos exames discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

Parágrafo quinto: A contratada deverá realizar os exames, somente com a requisição via SUS, com o pedido carimbado e assinado pelo Médico responsável da rede SUS e a autorização na parte posterior da Secretaria de Saúde e das Unidades da ESF. As empresas contratadas deverão fornecer todos os exames previstos na receita devidamente autorizada.

Parágrafo sexto: A contratada será responsável pela coleta de material biológico (sangue, fezes, urina, etc) e a coleta deverá ser realizada no próprio laboratório contratado.

Parágrafo sétimo: Os serviços serão distribuídos entre os prestadores credenciados de forma igualitária, considerando o quantitativo previsto neste Termo de Referência e a capacidade técnica e de oferta declarada pela empresa postulante ao credenciamento.

Parágrafo oitavo: É de responsabilidade exclusiva e integral da contratada o pagamento dos profissionais, incluído o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações **em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Coronel Vivida – PR.**

Parágrafo nono: A contratada deverá realizar os exames, somente com a requisição via SUS, com o pedido carimbado e assinado pelo Médico responsável da rede SUS e a autorização na parte posterior da Secretaria de Saúde e das Unidades da ESF. As empresas contratadas deverão fornecer todos os exames previstos na receita devidamente autorizada.

Parágrafo décimo: Em caso de necessidade de cancelamento ou suspensão de atendimentos ou procedimentos, a contratada deverá justificar por escrito, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência o Departamento Municipal de Saúde de Coronel Vivida, através do gestor do contrato, sendo que os atendimentos deixados de serem prestados serão repostos na próxima competência.

Parágrafo décimo primeiro: Em casos especiais a contratada deverá comunicar o contratante para acordar o atendimento, garantindo os procedimentos dos pacientes, ou seja, o número de autorizações total de atendimentos/procedimentos contratados é de obrigatoria execução pela contratada.

Parágrafo décimo segundo: A empresa contratada deverá encaminhar os relatórios assinados e carimbados, juntamente com as guias autorizadas para posterior conferência pelo setor de Regulação, controle e avaliação da Secretaria de Saúde.

Parágrafo décimo terceiro: A eventual mudança de endereço de atendimento da contratada deverá ser imediatamente comunicada ao contratante, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo a contratada rever as condições contratuais, e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

Parágrafo décimo quarto: Em hipótese alguma o prestador do serviço poderá realizar qualquer cobrança relativa aos exames, diretamente ao usuário, familiar ou seu responsável, por serviços cobertos, bem como



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



orientar o usuário a pleitear o reembolso posterior junto ao Município de Coronel Vivida –Pr. É expressamente vedada a cobrança de valores adicionais, a qualquer título, por parte do prestador dos serviços em relação aos usuários;

Parágrafo décimo quinto: Responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita por profissional empregado ou preposto, em razão da execução estabelecida em contrato.

Parágrafo décimo sexto: A contratada deverá justificar à contratante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto em contrato.

Parágrafo décimo sétimo: Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem informações advindas dos pacientes para fins de experimentação.

Parágrafo décimo oitavo: Ofertar as dependências arejadas, limpas, em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento para atender e acomodar dignamente os usuários e acompanhantes durante a recepção e atendimento do serviço através de agenda programada.

Parágrafo décimo nono: Atender aos usuários com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos serviços prestados, de acordo com o que preconiza as normas do SUS e, em especial, seguir as diretrizes da Política Nacional de Humanização/Humaniza SUS.

Parágrafo vigésimo: Permitir que os serviços executados e os processos de serviços sejam supervisionados por técnicos designados pelo Departamento de Saúde, se necessário.

Parágrafo vigésimo primeiro: Oferecer ao usuário os recursos necessários ao seu atendimento.

Parágrafo vigésimo segundo: A Contratada não poderá discriminar em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto os usuários encaminhados pelo Contratante ou atendê-los de forma distinta daquela dispensada aos demais pacientes.

Parágrafo vigésimo terceiro: A Contratada deverá prestar os serviços com diligência, prudência e respeito aos usuários, assumindo total responsabilidade técnica e civil pela execução dos mesmos.

Parágrafo vigésimo quarto: A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento de toda a legislação incidente sobre sua atividade, inclusive ambiental e sanitária.

Parágrafo vigésimo quinto: A Contratada deverá obedecer aos atendimentos prioritários decorrentes de lei e normas operacionais do SUS.

Parágrafo vigésimo sexto: O local de prestação dos serviços é de inteira responsabilidade da contratada, a qual deverá indicar e deverá estar devidamente cadastrado no CNES como endereço complementar quando não for o endereço oficial da empresa, devendo esta localização ser obrigatoriamente no âmbito do Município de Coronel Vivida – PR.

Parágrafo vigésimo sétimo: **Cumprir com todas as obrigações e direitos que se faz nesse instrumento, no edital de credenciamento nº 05/2020 e seus anexos.**

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Parágrafo primeiro: Autorizar, Auditar, Controlar, Avaliar e Regular os serviços contratados.

Parágrafo segundo: Realizar o pagamento, conforme cláusula específica deste edital, desde que atestadas, após liberação do Departamento Municipal de Saúde.



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



Parágrafo terceiro: Vistoriar, caso necessário for, as instalações de atendimento da contratada, visando verificar a manutenção das condições satisfatórias constatadas por ocasião da contratação.

Parágrafo quarto: Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

Parágrafo quinto: O CONTRATANTE, para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, compromete-se a seguir à risca os procedimentos exigíveis, para um bom atendimento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Parágrafo primeiro: O contratante reserva-se o direito de cobrar da contratada e a mesma obriga-se a fornecer ao contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto deste contrato, bem como a facilitar ao contratante a fiscalização dos serviços ora contratados.

Parágrafo segundo: O contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os serviços e, ainda, aplicar multa ou rescindir o contrato caso a contratada desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato.

Parágrafo terceiro: O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento dos serviços, devendo este anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

Parágrafo quarto: A fiscalização do contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da contratada, decorrente de obrigações aqui assumidas.

Parágrafo quinto: Conforme Portaria nº 08/2018, caberá à gestão do contrato, a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Andreia Aparecida da Silva, designada pelo Decreto nº 6.849 de 10/06/2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato.

Parágrafo sexto: A fiscalização do contrato caberá à servidora Municipal Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27/05/2020 e a servidora municipal, Sra. Cleuméri Bertuol, matrícula nº 1050-2, deverá fiscalizar a execução do objeto da presente contratação, informando a gestora do contrato as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do mesmo.

Parágrafo sétimo: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo oitavo: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo nono: Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados.

Parágrafo décimo: Por força do contido no Artigo 68, da Lei nº 8.666/93, a contratada, por ocasião da assinatura do contrato deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

5  
Andreia



## **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

Parágrafo primeiro: Durante a vigência do contrato, os valores contratados não serão reajustados.

Parágrafo segundo: Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a contratada requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

- I. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

Parágrafo terceiro: Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Parágrafo quarto: Quando o preço inicialmente contratado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato, deverá convocar a contratada visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo quinto: Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

Parágrafo sexto: Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura e devolução do Termo aditivo (conforme o caso) e publicação do mesmo.

## **CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Parágrafo primeiro: Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.

Parágrafo segundo: Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da contratada no edital de credenciamento.

Parágrafo terceiro: Autorizada qualquer das hipóteses retro, a contratada permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas no contrato e no edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES EM CASO DE INEXECUÇÃO DO CONTRATO, MULTAS E PENALIDADES**

Parágrafo primeiro: À CONTRATADA serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, que couberem à mesma:

- I. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos na Lei Federal nº 8.666/93.
- II. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:
  - a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, **no caso da contratada dar causa ao cancelamento do contrato.**



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, no caso da contratada não cumprir qualquer uma das cláusulas do edital e/ou contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando dar-se-á por cancelado o contrato.

Parágrafo segundo: Constituem hipóteses que podem determinar adoção das sanções de suspensão e declaração de inidoneidade:

- a) inexecução total de obrigações contratuais;
- b) inexecução parcial de obrigações contratuais;
- c) de pessoas físicas ou jurídicas que tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- d) prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da credenciamento (são exemplos de ilicitudes: falsear dados e demonstrativos, apresentar declarações falsas, apresentar documentos com falsidade ideológica, oferecer amostras diversas da contratada, realizar combinações indevidas, do tipo jogo de planilhas e arranjos escusos, entre outras);
- e) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.
- f) má qualidade no atendimento.

Parágrafo terceiro: Da aplicação de multa caberá recurso a CONTRATADA no prazo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da respectiva notificação, mediante prévio recolhimento da respectiva multa, sem efeito suspensivo, até que seja devidamente efetuada justificativa exposta; o CONTRATANTE julgará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, procedente ou improcedente a penalidade a ser imposta, devendo fundamentá-la e, se improcedente, a importância recolhida pela contratada será devolvida pelo MUNICÍPIO, no prazo de 12 (doze) dias contados da data do julgamento.

Parágrafo quarto: Verificada qualquer infração do contrato, o CONTRATANTE, independente, de notificação judicial, poderá rescindir o contrato.

Parágrafo quinto: Suspensão do direito de licitar e contratar junto o CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, na ocorrência da rescisão de pleno direito do contrato pela falência da Contratada, ou da rescisão administrativa do contrato por culpa da mesma.

Parágrafo sexto: Declaração de inidoneidade para licitar e contratar junto o CONTRATANTE na ocorrência de rescisão de pleno direito do Contrato pela falência da empresa contratada ou da rescisão administrativa do contrato por culpa da mesma quando a natureza e as características da infração se revistam a juízo do CONTRATANTE, do caráter de especial gravidade, ou ainda, nos casos em que fatos e penalidades anteriores ou da reincidência a indiquem para o resguardo do interesse do Serviço Público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUSPENSÃO DE PAGAMENTO**

Parágrafo único: O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer quantia devida a CONTRATADA, sempre que ocorrer circunstância que coloque em risco a realização dos objetivos da presente contratação e bem como, no caso da CONTRATADA se recusar ou dificultar ao CONTRATANTE, a livre fiscalização dos serviços, ou ainda no caso de paralisação dos mesmos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

Parágrafo primeiro: O Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste Contrato;

7  
provis



d) e os demais mencionados no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

Parágrafo terceiro: Atendido o interesse público e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento compatível a CONTRATADA:

- a) dos serviços corretamente executados.
- b) de outras parcelas, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo quarto: No caso do CONTRATANTE precisar recorrer à via judicial para rescindir o Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita à multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

Parágrafo primeiro: Os licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de credenciamento, de contratação e de execução do objeto contratual.

Parágrafo segundo: Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de credenciamento ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de credenciamento o ou de execução de contrato;
- c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no parágrafo quarto, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Parágrafo terceiro: Será rejeitada o credenciamento se concluído que o proponente ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pelo contrato em questão.

Parágrafo quarto: Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao MUNICÍPIO ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes ao credenciamento e à execução do contrato, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo quinto: Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou

Procheia



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



obstrutivas, no decorrer do credenciamento ou na execução do contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

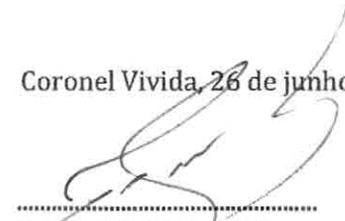
Parágrafo único: Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Nenhum serviço fora das especificações deste Contrato poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.
- b) A CONTRATADA, não poderá, de forma alguma, sub empreitar os serviços objeto deste contrato a outras empresas, devendo a execução dos mesmos ser realizada por profissionais a ela vinculada.
- c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

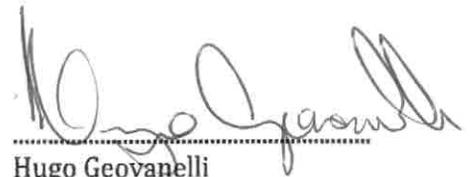
**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUCESSÃO E FORO**

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, 26 de junho de 2020.

  
.....  
Frank Ariel Schiavini  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

  
.....  
Andreia Aparecida da Silva  
Fundo Municipal de Saúde  
CONTRATANTE

  
.....  
Hugo Geovanelli  
Laboratório Plátano, Geovanelli e Belusso Ltda  
CONTRATADA

Testemunhas:

.....



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente termo de referência, o **CHAMAMENTO PÚBLICO** para fins de **CRENCIAMENTO** de entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos ou empresas privadas/pessoas jurídicas prestadoras de serviços em saúde **PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS NO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, conforme as necessidades do Departamento de Saúde.**

### 2. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a lei 8.080, de Setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; Considerando a necessidade de atendimento de serviços especializados conforme os parâmetros da portaria nº. 1097 de 2006;

Considerando a Portaria/GM 1101 de 2002, que estabelece os parâmetros de cobertura assistenciais;

Considerando a Portaria GM/MS 399, de fevereiro de 2006 que estabelece as Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão, compromisso entre os gestores do SUS em torno das prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população; e Estabelece diretrizes para a gestão do sistema nos aspectos da Descentralização; Regionalização; Financiamento; Planejamento; Programação Pactuada e Integrada - PPI; Regulação; Participação e Controle Social; Gestão do trabalho e Educação na Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS Nº 1.034, de 5 de Maio de 2010, em seu art. 9º, II, para efeito de remuneração, os serviços contratados deverão utilizar como referência a Tabela de Procedimentos SUS;

Considerando a Portaria GM/MS Nº 129, de 21 de Fevereiro de 2014, que garante o recurso para pagamento dos serviços de patologia clínica com repasse ao fundo municipal de saúde; Considerando a necessidade de assegurar a prestação de serviço laboratorial aos munícipes de Coronel Vivida, de forma a complementar a assistência à saúde;

Considerando que os Exames Laboratoriais são necessários como apoio para diagnóstico de inúmeras patologias, assim sendo, a contratação de Laboratórios para a prestação de serviços de Análises Clínicas são indispensáveis, como instrumento para complementar a assistência médico-ambulatorial realizada nas Unidades de Saúde do Município de Coronel Vivida;

O Município de Coronel Vivida, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, DECIDE contratar pessoa jurídica para a prestação de serviços de Análises Clínicas, Anatomia Patológica e Citopatologia.

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



### 3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. A empresa contratada poderá realizar os exames e quantidades para o período de 12 (doze) meses, conforme tabela abaixo especificada:

ITEM	QTDE ESTIMADA	UN	CÓD. PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1.600	UN	1318	EXAME LABORATORIAL DE ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO URINARIO	3,70	5.920,00
2	700	UN	1321	EXAME LABORATORIAL DE ANTIBIOGRAMA	4,98	3.486,00
3	10	UN	1323	EXAME LABORATORIAL DE AVIDEZ PARA TOXOPLASMOSE	26,79	267,90
4	40	UN	1324	EXAME LABORATORIAL DE BACILOSCOPIA DIRETA PARA PESQUISA DE BAAR (TUBERCULOSE)	4,20	168,00
5	5	UN	1327	EXAME LABORATORIAL DE BACILOSCOPIA DIRETA PARA PESQUISA DE BAAR (HANSEIASE)	4,20	21,00
6	1.500	UN	1331	EXAME LABORATORIAL DE BACTERIOSCOPIA	2,80	4.200,00
7	8	UN	1333	EXAME LABORATORIAL DE BRUCELOSE (HA)	6,50	52,00
8	8	UN	1335	EXAME LABORATORIAL DE CISTICERCOSE (EIE)	10,64	85,12
9	8	UN	1337	EXAME LABORATORIAL DE CLAMIDIA AGG - IFI	14,41	115,28
10	8	UN	1345	EXAME LABORATORIAL DE CLAMIDIA IGM - IFI	14,46	115,68
11	20	UN	1346	EXAME LABORATORIAL DE CLEARANCE DE CREATININA	3,51	70,20
12	130	UN	1347	EXAME LABORATORIAL DE COAGULOGRAMA (T. SANG., T. COAG., P. LAÇO, RET. DO COAG. E CONT. PLAQ.)	9,11	1.184,30
13	120	UN	1348	EXAME LABORATORIAL DE CONTAGEM DE PLAQUETAS	2,73	327,60
14	500	UN	1349	EXAME LABORATORIAL DE CULTURA DE BACTERIAS PARA IDENTIFICACAO	5,62	2.810,00
15	200	UN	1350	EXAME LABORATORIAL DE DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	3,63	726,00
16	40	UN	1351	EXAME LABORATORIAL DE DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	10,00	400,00
17	100	UN	1352	EXAME LABORATORIAL DE DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	2,83	283,00
18	200	UN	1353	EXAME LABORATORIAL DE DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA	5,77	1.154,00
19	350	UN	1354	EXAME LABORATORIAL DE DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DE PROTROMBINA (TAP)	2,73	955,50
20	180	UN	1355	EXAME LABORATORIAL DE DETERMINACAO DE VELOCIDADE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	2,73	491,40
21	150	UN	1356	EXAME LABORATORIAL DE DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	1,37	205,50
22	400	UN	1357	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE ACIDO URICO	1,85	740,00
23	8	UN	1358	EXAME LABORATORIAL DE	15,65	125,20



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



				DETERMINACAO DE ACIDO VALPROICO		
24	80	UN	1360	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE AMILASE	2,25	180,00
25	400	UN	1361	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	16,42	6.568,00
26	100	UN	1362	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	2,01	201,00
27	7	UN	1363	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	17,53	122,71
28	60	UN	1364	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE CALCIO	1,85	111,00
29	1.000	UN	1365	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	3,51	3.510,00
30	900	UN	1366	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	3,51	3.159,00
31	1.200	UN	1367	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	1,85	2.220,00
32	7	UN	1368	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE COLINESTERASE	3,68	25,76
33	1.200	UN	1369	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE CREATININA	1,85	2.220,00
34	7	UN	1394	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE - FRACAO MB	4,12	28,84
35	60	UN	1395	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	3,68	220,80
36	60	UN	1396	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	3,68	220,80
37	60	UN	1397	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE ESTRADIOL	10,15	609,00
38	6	UN	1398	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE FENOBARBITAL	21,92	131,52
39	90	UN	1399	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE FERRITINA	15,59	1.403,10
40	70	UN	1400	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE FERRO SERICO	3,51	245,70
41	15	UN	1401	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE FOLATO (ACIDO FOLICO)	15,65	234,75
42	140	UN	1402	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	2,01	281,40
43	18	UN	1409	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE FOSFORO	1,85	33,30
44	200	UN	1411	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE (GAMA GT)	3,51	702,00
45	1.600	UN	1412	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE GLICOSE	1,85	2.960,00
46	480	UN	1413	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	7,86	3.772,80
47	50	UN	1415	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE (FSH)	7,89	394,50
48	50	UN	1416	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	8,97	448,50
49	1.300	UN	1417	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	8,96	11.648,00
50	30	UN	1418	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	9,25	277,50
51	10	UN	1420	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE LITIO	2,25	22,50
52	25	UN	1421	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE MICROALBUMINURIA	8,12	203,00
53	7	UN	1422	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE MUCOPROTEINAS	2,85	19,95

Andréia



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



54	25	UN	1423	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE PARATOHORMONIO	43,13	1.078,25
55	300	UN	1425	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE POTASSIO	1,85	555,00
56	60	UN	1426	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE PROLACTINA	10,15	609,00
57	300	UN	1427	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	9,25	2.775,00
58	30	UN	1428	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	2,04	61,20
59	40	UN	1429	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1,85	74,00
60	150	UN	1430	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE SODIO	1,85	277,50
61	70	UN	1431	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE TESTOSTERONA	10,43	730,10
62	7	UN	1433	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15,35	107,45
63	100	UN	1434	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	8,76	876,00
64	800	UN	1436	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11,60	9.280,00
65	700	UN	1437	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	2,01	1.407,00
66	680	UN	1439	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	2,01	1.366,80
67	8	UN	1440	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE TRANSFERRINA	4,12	32,96
68	1.200	UN	1441	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	3,51	4.212,00
69	70	UN	1442	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	8,71	609,70
70	200	UN	1443	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE VITAMINA B12	15,24	3.048,00
71	10	UN	1444	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE ZINCO	15,65	156,50
72	700	UN	1445	EXAME LABORATORIAL DE DOSAGEM DE UREIA	1,85	1.295,00
73	6	UN	1446	EXAME LABORATORIAL DE EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	2,80	16,80
74	60	UN	1447	EXAME LABORATORIAL DE FTA-ABS PARA SIFILIS - IGG	10,00	600,00
75	60	UN	1448	EXAME LABORATORIAL DE FTA-ABS PARA SIFILIS - IGM	10,00	600,00
76	7	UN	1456	EXAME LABORATORIAL DE FUNGOS CULTURA	4,19	29,33
77	6	UN	1457	EXAME LABORATORIAL DE FUNGOS, EXAME DIRETO	4,38	26,28
78	1.900	UN	1458	EXAME LABORATORIAL DE HEMOGRAMA	4,11	7.809,00
79	10	UN	1459	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-ESPERMATOZOIDES (ELISA)	9,70	97,00
80	360	UN	1460	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI- HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	10,00	3.600,00
81	10	UN	1461	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV (WESTERN BLOT)	85,00	850,00
82	20	UN	1462	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO), DETERMINACAO QUANTITATIVA	2,83	56,60
83	60	UN	1463	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO (FAN)	17,16	1.029,60

*Archeis*



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



84	40	UN	1464	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI HBC-IGG)	18,55	742,00
85	15	UN	1465	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-PEROXIDASE	18,99	284,85
86	150	UN	1466	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI HBS)	18,55	2.782,50
87	150	UN	1467	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI HCV)	18,55	2.782,50
88	15	UN	1468	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	11,00	165,00
89	100	UN	1469	EXAME LABORATORIAL DE BETA HCG	7,85	785,00
90	200	UN	1470	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTIC. IGG ANTI TOXOPLASMA ( TOXO IGG)	16,97	3.394,00
91	20	UN	1471	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55	371,00
92	10	UN	1472	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	171,60
93	8	UN	1474	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA - HERPES ZOSTER	17,16	137,28
94	10	UN	1477	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA EPSTEIN BAAR	17,16	171,60
95	18	UN	1478	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	11,61	208,98
96	250	UN	1479	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTIC. IGM ANTI TOXOPLASMA ( TOXO IGM)	18,55	4.637,50
97	30	UN	1480	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI HBC- IGM)	18,55	556,50
98	35	UN	1481	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGM)	18,55	649,25
99	15	UN	1482	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	257,40
100	6	UN	1483	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA - HERPES ZOSTER	17,16	102,96
101	15	UN	1484	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN BAAR	17,16	257,40
102	6	UN	1488	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTI-ESCLERODERMA (SCL 70)	13,86	83,16
103	250	UN	1490	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE ANTIGENO SUPERF. HEPTATITE B (HBS AG)	23,40	5.850,00
104	6	UN	1493	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE CELULAS (LE)	4,11	24,66
105	100	UN	1499	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	1,37	137,00
106	200	UN	1500	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS (EPF)	1,65	330,00
107	300	UN	1501	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	1,65	495,00

14  
André



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



108	10	UN	1502	EXAME LABORATORIAL DE PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER ROSE)	4,10	41,00
109	70	UN	1503	EXAME LABORATORIAL DE PSA LIVRE	26,21	1.834,70
110	25	UN	1505	EXAME LABORATORIAL DE CONTAGEM DE RETICULOCITOS	2,73	68,25
111	6	UN	1508	EXAME LABORATORIAL DE ROTAVIRUS (PESQUISA)	10,25	61,50
112	300	UN	1511	EXAME LABORATORIAL DE TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	4,44	1.332,00
113	60	UN	1512	EXAME LABORATORIAL DE TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) - COOMBS INDIRETO	3,75	225,00
114	80	UN	10035	EXAME LABORATORIAL DE TESTE DE VDRL PARA DIAGNOSTICO DA SIFILIS EM GESTANTE	2,83	226,40
115	250	UN	16043	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	15,24	3.810,00
116	20	UN	16044	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIÓNARIO (CEA)	13,35	267,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO R\$</b>						<b>142.588,17</b>

*(cento e quarenta e dois mil quinhentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos)*

3.2. O valor total estimado para a realização destes serviços será obtido através de orçamentos de mercado, conforme previsto na lei 8.666/93;

**3.3. Especificações técnicas e execução dos serviços:**

3.3.1. Prestar os serviços com equipe composta por profissionais bioquímicos e/ou biomédicos, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, procedendo à realização dos exames bem como seus respectivos laudos, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos respectivos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem exceção de qualquer modalidade;

3.3.2. A empresa contratada deverá fornecer relatório mensal com os exames discriminados por data do serviço, nome do paciente, nome do exame, valor unitário e valor total em ordem cronológica, juntamente com as guias na mesma ordem cronológica, devidamente assinada pelo representante legal da empresa;

3.3.3. Em caso de resultado duvidoso, os exames deverão ser repetidos, a critério do médico solicitante, sem qualquer ônus;

3.3.4. Garantir a realização dos exames discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

3.3.5. A contratada deverá realizar os exames, somente com a requisição via SUS, com o pedido carimbado e assinado pelo Médico responsável da rede SUS e a autorização na parte posterior da Secretaria de Saúde e das Unidades da ESF. As empresas contratadas deverão fornecer todos os exames previstos na receita devidamente autorizada.

3.3.6. A contratada será responsável pela coleta de material biológico (sangue, fezes, urina, etc) e a coleta deverá ser realizada no próprio laboratório contratado,



3.3.7. Os serviços serão distribuídos entre os prestadores credenciados de forma igualitária, considerando o quantitativo previsto neste Termo de Referência e a capacidade técnica e de oferta declarada pela empresa postulante ao credenciamento;

#### **4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

**4.1. O prazo para realização dos serviços será de no máximo 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura,**

4.2. O pagamento das faturas será efetuado após a apresentação dos relatórios que serão devidamente conferidos pela Secretaria de Saúde e Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

4.3. A empresa contratada deverá encaminhar os relatórios assinados e carimbados, juntamente com as guias autorizadas para posterior conferência pelo setor de Regulação, controle e avaliação da Secretaria de Saúde.

4.4. As coletas dos exames deverão ser efetuadas em estabelecimentos situados no perímetro urbano do município de Coronel Vivida – PR; devendo os estabelecimentos estarem de acordo com as exigências legais do Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária.

4.5. O prazo de entrega dos exames para as unidades solicitantes, deverá ser de no máxima 15 (quinze) dias.

4.6. O agendamento para coleta dos exames não poderão ultrapassar o prazo de 15 dias.

4.7. A empresa contratada não deverá realizar exames com data da autorização posterior há 30 dias.

#### **5. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.1. Os serviços serão executados em estrita obediência ao contrato e edital de credenciamento, devendo ser **observadas integral e rigorosamente o edital e seus anexos.**

5.2. Nenhum serviço fora das especificações poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância da Contratante.

5.3. A contratada deverá apresentar para aprovação no Município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os serviços, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência.

5.4. O município reserva-se ainda o direito de recusar todos e qualquer serviço que não atender as especificações contidas no presente Edital, ou que seja considerado inadequado pelo Município.

5.5. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, devendo uma parte comunicar a outra, com antecedência de 30 (trinta) dias.

#### **6. DA FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome da contratada, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal e relatórios, sua conferência e aceitação pelo Departamento de Saúde.



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



6.2. A contratada deverá informar na correspondente Nota Fiscal/Fatura seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento.

6.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

6.4. Considerando o Decreto 6053/2016, de 10 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei Complementar nº 028/2009, quanto a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, ficam obrigadas a emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e todos os contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do Município de Coronel Vivida.

*6.4.1. Empresas sediadas no Município de Coronel Vivida que não apresentarem nota fiscal eletrônica conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal eletrônica, de acordo com normatização exarada pela Receita Municipal.*

*6.4.2. Aplicam-se as exceções previstas nos Capítulos 2 e 3 (contribuintes desobrigados) do Decreto 6053/2016, de 10 de agosto de 2016.*

6.5. Para efetivação do pagamento, além da correspondente Nota Fiscal/Fatura, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal, devidamente atualizado e compatível com o objeto deste credenciamento, devendo a contratada, durante a execução do contrato, manter todas as condições de habilitação exigidas neste edital.

## **7. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1. O contratante reserva-se o direito de cobrar da contratada e a mesma obriga-se a fornecer ao contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto deste contrato, bem como a facilitar ao contratante a fiscalização dos serviços ora contratados.

7.2. O contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os serviços e, ainda, aplicar multa ou rescindir o contrato caso a contratada desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato.

7.3. O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento dos serviços, devendo este anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

7.4. A fiscalização do contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da contratada, decorrente de obrigações aqui assumidas.

7.5. Conforme Portaria nº 08/2018, caberá à gestão do contrato, a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Andreia Aparecida da Silva, designada pelo Decreto nº 6.849 de 10/06/2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato.

7.6. A fiscalização do contrato caberá à servidora Municipal Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27/05/2020 e a servidora municipal, Sra. Cleuméri Bertuol, matrícula nº 1050-2, deverá fiscalizar a execução do objeto da presente contratação, informando a gestora do contrato as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do mesmo.

7.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

17  
Andreia



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

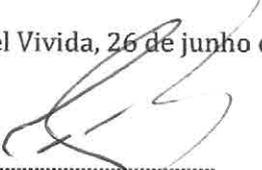


7.8. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

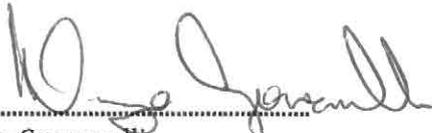
7.9. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados.

7.10. Por força do contido no Artigo 68, da Lei nº 8.666/93, a contratada, por ocasião da assinatura do contrato deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal deste contrato, para representa-la sempre que for necessário.

Coronel Vivida, 26 de junho de 2020.

  
.....  
Frank Ariel Schiavini  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

  
.....  
Andreia Aparecida da Silva  
Fundo Municipal de Saúde  
CONTRATANTE

  
.....  
Hugo Geovanelli  
Laboratório Plátano, Geovanelli e Belusso Ltda  
CONTRATADA

Testemunhas:.....

.....



**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**  
 Extrato Termo de Aditamento nº 01/2020 - Contrato nº 279/2019.GP. Pregão Eletrônico nº 94/2019. PARTES: Município de Pato Branco e Acco e Dobrowolski LTDA. OBJETO: A prestação de serviços de orquidectomia, ovariopinhogistrectomia, chipagem, captura, remoção, exames de Raios-X, atendimento de animais atropelamentos, fraturados a fim de promover o bem estar animal no Município de Pato Branco, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme solicitação apresentada no protocolo 418557/2020. ADITAMENTO: Da Alteração da Razão Social: De acordo com a solicitação da Secretaria de Meio Ambiente, as partes pactuam alteração da razão social, de: Acco e Dobrowolski Ltda para: Acco e Lanzarini Veterinária Ltda. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 26 de junho de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Alisson Roberto Acco - Representante Legal

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**  
 Extrato Termo de Aditamento nº 01/2020 - Contrato nº 282/2019.GP. Pregão Eletrônico nº 106/2019. PARTES: Município de Pato Branco e Otizma Comercial Ltda - EPP. OBJETO: A aquisição de 01 (uma) motocicleta, tipo trail, nova, 0 (zero) km, com fabricação/modelo mínimo do ano da contratação, para o Parque do Alvoceer - Parque Estadual Vitorino Piasa, ambos atendendo as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente, conforme solicitação apresentada no protocolo 419680/2020. ADITAMENTO: Prorrogação do Prazo: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Art. 57, § 2º as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual até 30 de julho de 2020. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 25 de junho de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Cleiton Otamiro Ferreira da Silva - Representante Legal

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**  
 Extrato Termo de Aditamento nº 02/2020 - Contrato nº 283/2019.GP. Tomada de Preços nº 14/2019. PARTES: Município de Pato Branco e Sudopav Construtora Eireli - EPP. OBJETO: A execução dos serviços de pavimentação asfáltica sobre pavimento pedregoso nos trechos das ruas: Andorinhas, Amélio D. Vale, Trav. José Cattani, AbilioParzanello, Augusto Saggin, Maria Madalena Taito, Castro Alves e Aurea Zandoná, com área total de 13.243,24m², em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, artigo 57, § 1º, VI, as partes pactuam a prorrogação do prazo de vigência contratual até 27 de Agosto de 2020. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 25 de junho de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Rodrigo Siliprandi - Representante Legal

**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR**  
 Aditivo nº 04 ao Contrato nº 65/2011 - Pregão Presencial nº 412/11 - Contratante: Município de Coronel Vivida - Paraná. CONTRATADA: MANAUSCOP CONSTRUÇÕES CIVIS CNPJ nº 22.943.947/0001-17. Conforme solicitação do Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos e de comum acordo entre as partes, foi prorrogado o prazo de execução e vigência por mais 12 meses, ou seja, de 01/07/2021 a 30/06/2022. Os valores permanecem inalterados. O valor total estimado desse termo aditivo é de R\$ 65.815,80. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato. Coronel Vivida, 28 de junho de 2020. Frank Anel Schiavini - Prefeito Municipal.

**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR**  
 Aditivo nº 03 ao Contrato nº 64/2011 - Pregão Presencial nº 412/11 - Contratante: Município de Coronel Vivida - Paraná. CONTRATADA: FRANCISCO HILDIR REBERG, CNPJ nº 26.528.472/0001-09. Conforme solicitação do Diretor do Departamento de Obras e de comum acordo entre as partes, foi prorrogado o prazo de execução e vigência por mais 12 meses, ou seja, de 01/07/2021 a 30/06/2022. O valor mensal e o valor parciais permanecem inalterados. O valor total estimado desse termo aditivo é de R\$ 6.250,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato. Coronel Vivida, 28 de junho de 2020. Frank Anel Schiavini - Prefeito Municipal.

**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR**  
 Aditivo nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 21/2020 - Pregão Presencial nº 58/2020. Contratante: Município de Coronel Vivida - PR. Contratada: A.E.M. COSTE COMERCIAL EIRELI, CNPJ nº 12.444.363/0001-79. Concomitante a solicitação da Secretaria de Meio Ambiente, foi de comum acordo entre as partes, concordando o responsável técnico para o item 1000 (aparelho central 5 kg). O valor total desta aditivo é de R\$ 2.593,51. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 28 de junho de 2020. Frank Anel Schiavini - Prefeito.

**RESUMO DE CONTRATO**  
 Contrato nº 78/2020 - Inexigibilidade nº 89/2020 - Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: LABORATORIO MARIANO, Cnpj nº 30.480.814/0001-3. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames laboratoriais para atender aos usuários do SUS no município de Coronel Vivida. O valor total estimado a ser pago é de R\$ 142.500,71. Prazo de execução 311 dias, de 29 de junho de 2020 a 05 de maio de 2021. Coronel Vivida, 28 de junho de 2020. Frank Anel Schiavini - Prefeito Municipal.

**RESUMO DE CONTRATO**  
 Contrato nº 78/2020 - Inexigibilidade nº 10/2020 - Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: LABORATORIO CORNEL VIDA, CNPJ nº 04.480.896/0001-30. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames laboratoriais para atender aos usuários do SUS no município de Coronel Vivida. O valor total estimado a ser pago é de R\$ 141.717,97. Prazo de execução 311 dias, de 29 de junho de 2020 a 05 de maio de 2021. Coronel Vivida, 28 de junho de 2020. Frank Anel Schiavini - Prefeito Municipal.

**RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020**  
 Tanto em vista do Parecer do Conselho de Julgamento e da Fiscalia Jurídica, que assuram o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por Límite de R\$ 32.000,00, ALVARO DENIS CENI SCOLARIO, Prefeito, torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto de seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL R\$
POLIMEDICA ASSessorIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA	00.975.847/0001-39	R\$ 16.200,00

Conforme proposta. E a decisão, Gabinete do Prefeito de Chapinópolis - PR, 30 de junho de 2020. Alvaro Denis Ceni Scolario - Prefeito.

**SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, A ENERGÚMICA PRODUTOS QUÍMICOS ENERGIA LTDA, CNPJ Nº 78.705.928/0001-69, torna público a solicitação de requerimento do IAT (Instituto Água e Terra), o pedido de Licença Ambiental Simplificada para atividade de Transporte de Cargas em geral, a ser implantada a Rua Ledovino Fasolin, 151, Bairro Dall Rosa, no município de Pato Branco, estado do Paraná. Foi determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ**  
 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 224/2020 - PROCESSO Nº 04/2020. REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Trepas Indústria e Comércio de Tintas S/A - EPP. OBJETO: Registro de preços para aquisição e futura fornecimento de materiais de limpeza para fins de atendimento a todos os setores municipais.  

Lote	Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	81	MP		Placa indicativa diversas medidas, fornecimento de placas tipo camacanieta semi reflexiva em papel de aço forjado a frio, espessura 16, com cantos arredondados, conforme tabela anexa, sendo: primeira a substituição em pintura azul/branca para Prefeitura, segundo em pintura amarela/branca para Prefeitura, terceiro em pintura amarela/branca para Prefeitura, quarto em pintura amarela/branca para Prefeitura, quinto em pintura amarela/branca para Prefeitura, sexto em pintura amarela/branca para Prefeitura, sétimo em pintura amarela/branca para Prefeitura, oitavo em pintura amarela/branca para Prefeitura, nono em pintura amarela/branca para Prefeitura, décimo em pintura amarela/branca para Prefeitura.	CH Sinal	175,00	8.500,00

 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais). PRAZO DE CONTRATAÇÃO: 12 (doze) meses, com início no dia 06/07/2020 e término no dia 05/07/2021. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início no dia 06/07/2020 e término no dia 05/07/2021. FORO: Clevelândia - PR, Clevelândia, 02 de julho de 2020. ADENIR JOSÉ GHELLER Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE BLOCOS FISCAIS**  
 A empresa Tendência Assessoria e Consultoria Ltda com CNPJ: 09.594.204/0001-72 comunica o extrato do bloco de RECBIO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS com numeração Nº 01 A 101. Conforme Boletim da Ocorrência Nº: 2020/668466

**HOMOLOGAÇÃO**  
 Pelo presente, homologo a decisão da Comissão Permanente de Licitação, proferida na Tomada de Preços nº 009/2020 - PMM, determinando que seja adjudicado seu objeto a empresa proponente vencedora: **PEDREIRA SANTIAGO LTDA, foi vencedora do item com o valor global de R\$ 272.594,27 (duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais e vinte sete centavos)**, visando a contratação de empresa para execução de 3.224,10 m² de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares com serviços de limpeza e lavagem da pista, pintura de ligação, repertimento e capa em CBUQ, calçadas em concreto, rampas de acessibilidade universal, plantio de grama, execução de muro de contenção, sinalização horizontal de trânsito, placa de obra e ensaios tecnológicos.  
 Trecho: Avenida Iguazu (entre Ruas Prefeito João Pimpão Ferreira e Papa Paulo VI)

Manguelinhã, 02 de Julho de 2020  
**ELÍDIO ZIMMERMAN DE MORAES**  
 Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO**  
 Pelo presente, homologo a decisão da Comissão Permanente de Licitação, proferida na Tomada de Preços nº 010/2020 - PMM, determinando que seja adjudicado seu objeto a empresa proponente vencedora: **PEDREIRA SANTIAGO LTDA, foi vencedora do item com o valor global de R\$ 199.978,97 (cento e noventa e nove mil novecentos e setenta e oito reais e noventa e sete centavos)**, visando a contratação de empresa para execução de 2.026,45 m² de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares com serviços de limpeza e lavagem da pista, pintura de ligação, repertimento e capa em CBUQ, calçadas em concreto, rampas de acessibilidade universal, plantio de grama, execução de muro de contenção, sinalização horizontal de trânsito, placa de obra e ensaios tecnológicos.  
 Trecho: Avenida Iguazu (entre Ruas Coronel Misael Ferreira Araújo e Prefeito João Pimpão Ferreira)

Manguelinhã, 02 de Julho de 2020  
**ELÍDIO ZIMMERMAN DE MORAES**  
 Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO**  
 Pelo presente, homologo a decisão da Comissão Permanente de Licitação, proferida na Tomada de Preços nº 011/2020 - PMM, determinando que seja adjudicado seu objeto a empresa proponente vencedora: **PEDREIRA SANTIAGO LTDA, foi vencedora do item com o valor global de R\$ 149.973,00 (cento e quarenta e nove mil novecentos e setenta e nove reais)**, visando a contratação de empresa para execução de 1.712,85 m² de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares com serviços de limpeza e lavagem da pista, pintura de ligação, repertimento e capa em CBUQ, calçadas em concreto, rampas de acessibilidade universal, plantio de grama, execução de muro de contenção, sinalização horizontal de trânsito, placa de obra e ensaios tecnológicos.  
 Trecho: Avenida Iguazu (entre Ruas Ubrajarara Araújo e Coronel Misael Ferreira Araújo)

Manguelinhã, 02 de Julho de 2020  
**ELÍDIO ZIMMERMAN DE MORAES**  
 Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO**  
 Pelo presente, homologo a decisão da Comissão Permanente de Licitação, proferida na Tomada de Preços nº 012/2020 - PMM, determinando que seja adjudicado seu objeto a empresa proponente vencedora: **PEDREIRA SANTIAGO LTDA, foi vencedora do item com o valor global de R\$ 1.927.958,24 (um milhão novecentos e vinte sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos)**, visando a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução através de empreitada global de 24.050,00m³ de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em trechos na comunidade do Itá e na Comunidade da Bela Vista nesta municipalidade, conforme Contrato de Repasse 892702/2019/MA/PA/CAIXA firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Manguelinhã PR.  
 Manguelinhã, 02 de Julho de 2020  
**ELÍDIO ZIMMERMAN DE MORAES**  
 Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO  
 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2020 - PMM**

OBJETO: A seleção de propostas visando a aquisição de um veículo tipo van 16 lugares novo (0 km) e um veículo tipo sedan 05 lugares novo (0 km) através de recurso da Resolução SESA nº

596/2020 - Transporte Sanitário em atendimento a solicitação da Secretaria de Saúde desta Municipalidade.  
 PREGO MÁXIMO E ESPECIFICAÇÕES: Conforme edital.  
 DATA DE ABERTURA: 17 de julho de 2020, às 13:30 horas.  
 LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)  
 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição no Departamento de Licitação e no site oficial do município [www.manguelinhã.pr.gov.br](http://www.manguelinhã.pr.gov.br).  
 Maiores informações pelo fone (046) 3243-1122.

Manguelinhã, 02 de julho de 2020.  
 Publique-se  
 Dorli Netto  
 Pregoeiro

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CONIMS**  
 RESOLUÇÃO Nº 112 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 113 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 114 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 115 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 116 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 117 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 118 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 119 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 120 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 121 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 122 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 123 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 124 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 125 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 126 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 127 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 128 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 129 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 130 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 131 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 132 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 133 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 134 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 135 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 136 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 137 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 138 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 139 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 140 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 141 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 142 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 143 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 144 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 145 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 146 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 147 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 148 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 149 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 150 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 151 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 152 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 153 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 154 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 155 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 156 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 157 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 158 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 159 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 160 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 161 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 162 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 163 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 164 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 165 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 166 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 167 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 168 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 169 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 170 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 171 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 172 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 173 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 174 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 175 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 176 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 177 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 178 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 179 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 180 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 181 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 182 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 183 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 184 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 185 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 186 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 187 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 188 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 189 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 190 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 191 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 192 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 193 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 194 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 195 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 196 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 197 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 198 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 199 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 200 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 201 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 202 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 203 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 204 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 205 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 206 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 207 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 208 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 209 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 210 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 211 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 212 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 213 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 214 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 215 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 216 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 217 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 218 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 219 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 220 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 221 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 222 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 223 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 224 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 225 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 226 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 227 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 228 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 229 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 230 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 231 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 232 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 233 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 234 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 235 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 236 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 237 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 238 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 239 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 240 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 241 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 242 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 243 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 244 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 245 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 246 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 247 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 248 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 249 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 250 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 251 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 252 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 253 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 254 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 255 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 256 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 257 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 258 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 259 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 260 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 261 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 262 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 263 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 264 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 265 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 266 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 267 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 268 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 269 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 270 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 271 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 272 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 273 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 274 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 275 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 276 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 277 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 278 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 279 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 280 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 281 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 282 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 283 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 284 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 285 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 286 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 287 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 288 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 289 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 290 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 291 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 292 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 293 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 294 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 295 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 296 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 297 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 298 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 299 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 300 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 301 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 302 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 303 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 304 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 305 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 306 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 307 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 308 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 309 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 310 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 311 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 312 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 313 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 314 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 315 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 316 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 317 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 318 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 319 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 320 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 321 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 322 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 323 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 324 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 325 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 326 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 327 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 328 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 329 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 330 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 331 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 332 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 333 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 334 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 335 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 336 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 337 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 338 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 339 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 340 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 341 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 342 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 343 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 344 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 345 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 346 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 347 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 348 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 349 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 350 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 351 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 352 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 353 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 354 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 355 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 356 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 357 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 358 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 359 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 360 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 361 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 362 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 363 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 364 DE 02 DE JULHO DE 2020.  
 RESOLUÇÃO Nº 365 DE 02 DE JULHO DE 2



# Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida



Sexta-Feira, 03 de Julho de 2020

Ano III – Edição Nº 0494

## Aditivo nº 01– Ata de Registro de Preços nº 21/2020 – Pregão Presencial nº 06/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA-PR-Detentora: A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI, CNPJ n.º 12.144.365/0001-79. Considerando a solicitação da detentora, bem como análise, fica de comum acordo entre as partes, concedido o reequilíbrio econômico financeiro para o item:100 (açúcar cristal 5 kg). O valor total deste aditivo é de R\$ 2.893,51. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 29 de junho de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

### RESUMO DE CONTRATO

Contrato nº 78/2020 – Inexigibilidade nº 09/2020 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: Laboratório Plátano, Geovanelli e Belusso Ltda, CNPJ sob nº, 30.480.814/0001-3. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames laboratoriais para atender aos usuários do SUS no município de Coronel Vivida. O valor total estimado a ser pago é de R\$ 142.588,17. Prazo de execução 311 dias, de 29 de junho de 2020 a 05 de maio de 2021. Coronel Vivida, 26 de junho de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

### RESUMO DE CONTRATO

Contrato nº 79/2020 – Inexigibilidade nº 10/2020 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: Laboratório Coronel Ltda, CNPJ sob nº, 04.480.996/0001-30. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames laboratoriais para atender aos usuários do SUS no município de Coronel Vivida. O valor total estimado a ser pago é de R\$ 141.717,17. Prazo de execução 311 dias, de 29 de junho de 2020 a 05 de maio de 2021. Coronel Vivida, 26 de junho de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Cor335019

## OUTROS ATOS

### NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Em cumprimento ao artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20.03.97, notificamos aos PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS DE EMPREGADORES, SINDICATOS DE TRABALHADORES, ENTIDADES EMPRESARIAIS, DEMAIS ENTIDADES, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E MUNICÍPIOS de Coronel Vivida, o recebimento de recursos do Governo Federal a seguir discriminados:

ÓRGÃO REPASSADOR	DESTINAÇÃO	DATA	VALOR
MAPA	ACQUIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS-EMENDA DEPUTADA LEANDRE DAL PONTE	02.07.2020	250.000,00
MS/FNS	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	02.07.2020	9.310,00
MS/FNS	SAMU 192	02.07.2020	21.919,00
MS/FNS	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS	02.07.2020	1.666,66
MS/FNS	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	02.07.2020	377.402,67

Coronel Vivida, 02 de julho de 2020  
FRANK ARIEL SCHIAVINI - Prefeito Municipal.

Cor334943